BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A formação profissional do educador musical: algumas apostas. Revista da Abem, n. 8, p. 17-24, mar. 2003.

BRÈSCIA, V.P. Educação Musical: Bases Psicológicas e Ação Primária. Rio de Janeiro. José Olympio, 2003.

BRITO, Teca Alencar. Música na Educação Infantil. 2 ªEd.; São Paulo: Petrópolis, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998b. 3v.

GULLAR, Ferreira. Sobre arte, sobre poesia (uma luz no chão). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2006.

MACHADO, Silmara Augusta. O desenho da criança. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Salvador, A. Conhecer a criança através do desenho. Porto: Porto Editora. 2008

SILVA, José Barbosa da. A Infância Começa a se fazer importante. In: BRENNAND, Rossi Edna et al. Trilhas do Aprendente – Volume 3. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2008.

VIGOTSKY, L. S. Psicologia da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PATRÍCIA LIMA NASCIMENTO ZAIAS

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar a concepção de infância contemporânea e a possibilidade da elaboração de uma proposta que aborde as relações étnico-raciais na de educação infantil. No âmbito dos debates, analisouse a trajetória da Lei 10.639/03 e os meios para a sua implementação, buscando dialogar com a legislação e conceitos que permeiam as relações étnico-raciais. Foi apresentada uma estratégia pedagógica na educação infantil para o combate ao preconceito. Contribuindo para o nascer de um sentimento de aceitação, pertencimento a uma cultura fortalecendo em uns e despertando em outros a consciência negra.

Palavras-chave: Infância contemporânea. Relações étnico-raciais. Estratégias pedagógicas. Formação continuada.

Abstract:

The aim of this paper is to analyze the contemporary childhood concept and possibility of elaborating proposals which address ethnic-racial relations in early childhood education environments. In the debate scope, the trajectory of Law 10.639/03 and the strategies for is implementation were analyzed, seeking to dialogue with legislations and concepts that permeate ethnic-racial relations. Educational strategies in early childhood education were developed, to combat the various forms of prejudice. Contributing to uprising feeling of acceptance and belonging to a culture, consolidating in some and arousing in others the black consciousness.

Keywords: Contemporary childhood. Ethnic-racial relations. Educational strategies. Ongoing training.

1.INTRODUÇÃO

Atualmente abordar as relações étnico-raciais na escola tornou-se obrigatório após a lei 10.639/03, porém encontramos tabus quanto a temática por parte de alguns professores e escolas por desconhecer estratégias pedagógicas e inserir o tema em seus planos e projetos. Deste modo busca-se uma formação docente inicial e continuada que contemple as relações étnicoracias desde a educação infantil, para a construção de identidade, aceitação e criação de um sentimento de pertencimento racial e respeito as diferenças. Isto implica que as unidades de educação infantil comprometam-se com a formação de seus professores, que por meio do domínio do compromisso com a educação de suas crianças brancas e negras sejam capazes de contribuir para a correção de posturas e atitudes de desrespeito e discriminação.

Com o objetivo de analisar infância contemporânea e dar visibilidade a importância de práticas pedagógicas que abordem as relações étnico-raciais, o presente estudo pretende por meio da pesquisa das leis, artigos e literatura que tratem do tema dialogar com os conceitos que permeiam as relações étnicoraciais e desenvolver uma postura na educação infantil de combate as diversas formas de preconceitos, apresentando uma proposta pedagógica para desenvolver com as crianças.

Está lançado o desafio em compreender o papel do professor na educação infantil assumindo o compromisso social e político que consolide uma educação fundada nos princípios da igualdade e da liberdade em criar novas memórias e histórias.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O conhecimento científico hoje disponível autoriza a visão de que desde o nasci-

mento a criança busca atribuir significado a sua experiência e nesse processo volta-se para conhecer o mundo material e social, ampliando gradativamente o campo de sua curiosidade e inquietações mediada pelas orientações, materiais, espaços e tempos que organizam as situações de aprendizagem e pelas explicações se significados a que elas têm acesso. (BRASIL, 2013 p.86)

Com base no documento acima, percebemos que a criança é um ser ativo no processo de aprendizagem, porém necessita de um parceiro com maior experiência para mediação, este é o papel do professor e da escola, organizar situações de aprendizagem, onde a criança construa significados aproprie-se do conhecimento. Desta forma, entendemos que os bebês e crianças não estão nos ambiente escolares apenas para serem cuidados e atendidos em suas necessidades físicas, mas para uma formação integral que as considere não apenas em seu intelecto e físico, mas também os aspectos, social, emocional e cultural. De modo que as crianças estão expostas as diversas situações de interação nas unidades escolares, com adultos, crianças com toda sua diversidade étnica, física e intelectual, assim surge a importância em propor um exercício de olhar para a diversidade.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que tem sido gerados. É preciso entender que o sucesso de um tem o preço da marginalização e da desigualdade de outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. (BRASIL, 2004, p.5)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER/2004), o termo relações étnico-raciais é utilizado para delimitar as relações tensas estabelecidas pela cor da pele e/ou tipo de cabelo, e os conceitos de um padrão estético preferencialmente eurocêntrico, que valoriza uma cultura em detrimento de outra, e busca de uma construção de identidade que foi negada pela escravidão, marginalização e discriminação, e anulou o direito de pertencimento e concepção de uma ancestralidade direta. Tais fatos geraram uma organização social que privilegia um grupo, sem perceber ou compreender o racismo estrutural, por isso a importância em compreender e ampliar tais conceitos.

Atualmente a educação para as relações étnico-raciais nos leva a pensar e agir em uma perspectiva que remete a ações coerentes e respeitosas entre todos (brancos e negros), o que possibilita a criação de projetos que garantam a equidade, justiça, social e igualdade.

Parece que temos uma mesma história, professoras e professores, esteja onde estivermos, nesse diverso mundo em que vivemos. Nossa profissão exige mais que competências, pois seu exercício inicial sobre a formação de pessoas. Somos, então convocados a participar da construção da cidadania de nossas alunas e alunos, o que implica, entre outros apoios, criar condições para o fortalecimento do seu pertencimento étnico-racial, notadamente entre estudantes, negros, indígenas e ciganos. Diante disso, somos convocados, embora nem sempre tenhamos condições de fazê-lo, a nos articular com responsáveis por nossos alunos, com comunidade com movimentos sociais (SILVA, 2015 p.174)

O texto de Silva, nos remete a angústia dos professores, que em inúmeras vezes encontram-se perdidos em meio as demandas e busca quase solitária em se autoformar para atender as necessidades de seus educandos e nos permite refletir quais caminhos devemos percorrer para a implementação da lei 10.639/03 nos espaços escolares e propor práticas que favoreçam o olhar para o processo de construção da identidade e de reconhecimento.

Dizendo de outra maneira, as escolas tanto podem favorecer as relações de dominação, atualizar racismos, discriminações entre os grupos e pessoas, como podem se houver sincero empenho para tanto, reeducar no sentido do respeito reconhecimento, valorização, convívio construtivo. (SILVA, 2015 p.166).

Portanto a escola, é o espaço de acesso do conhecimento, autonomia e emancipação de grupos discriminados e espera-se que o acesso a uma formação profissional descolonize o olhar do professor para que compreenda as mudanças de concepção com relação à criança e valorize a construção de uma educação que apresente a cultura africana de forma ressignificada para além da marginalização.

3. METODOLOGIA

O presente artigo pautou-se na pesquisa bibliográfica do tema de forma a compreender como se dá as relações étnico-raciais na educação infantil.

O estudo abordou a concepção de criança da contemporaneidade e sua diversidade, a formação inicial e continuada dos professores, com foco na interferência em sua atuação frente as relações étnico-raciais partindo de um relato de prática de uma escola municipal da cidade de São Paulo.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A construção do conceito de in-

fância contemporânea

O conceito de criança na contemporaneidade tem sido objeto de estudo para compor a legislação e as diretrizes curriculares.

Com a LDBEN 9394/96, a educação infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, mudou-se a visão para esta faixa etária, verificou-se a necessidade de compor documentos que garantam os direitos das crianças, segundo a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), " embora reconhecida como direito para as crianças, a Educação Infantil passa a ser obrigatória de 4 à 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº59/2009".

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Brasil, 2009) no artigo 4º, define a criança como "sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade produzindo cultura", deste modo podemos dizer que a infância é construída social e historicamente, o que implica compreendê-la em suas peculiaridades e diversidades.

A partir da Constituição de 1988 e das demais legislações atualmente em vigor muitas mudanças ocorreram em relação à concepção de criança e de educação infantil. A criança antes vista como objeto de tutela, passa a ser considerada como sujeito de direitos. (CURRÍCULO DA CIDADE-EDUCAÇÃO INFANTIL, 2019 p .128)

Deste modo, a criança agora vista como sujeito de desejos, sentimentos e intenções próprias favorece uma pedagogia voltada a olhar e ouvir esse ser em formação, assim quando abordamos a temática das relações étnico-raciais nos agrupamentos de educação infantil, temos que ouvir as crianças quanto ao sentimento de pertencimento valorizar e respeitar as crianças negras, a sua descendência africana, cultural e história. Faz -se necessário a compreensão dos valores e lutas deste povo e sensibilidade para acolher o sofrimento que por década os marginalizou, no passado com a escravidão e posteriormente por meio da hostilização, apelidos brincadeiras e piadas sugerindo inferioridade.

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento e valorização e afirmação de seus direitos no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da lei 10.639/03, que alterou a lei 9394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. (DCNERER, 2004)

O que traz a reflexão da mudança do discurso e posturas quanto ao tratamento das crianças negras, conhecer suas histórias e cultura com a forte missão de descontruir a estrutura racista em nossa sociedade com vista a necessidade da criança ter acesso às manifestações culturais de seus ancestrais e o direito de estar e vivenciar de forma respeitosa.

4.2 A formação continuada dos professores

Em 2003 foi sancionada a lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação incluindo no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura afro- brasileira e africana". Advindo de lutas dos movimentos sociais em especial do Movimento Negro foi sem dúvida uma grande conquista desses atores sociais. No parágrafo primeiro o texto cita que o conteúdo programático deve incluir a luta dos negros no Brasil, a Cultura Negra e a formação da sociedade nacional "resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertinente a História do Brasil".(DCNERER, 2004)

O aprofundamento do conteúdo previsto na lei é encontrado no texto das

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de outubro de 2004. A partir destes textos as instituições de ensino, gestores, coordenadores e professores puderam apropriar-se das orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e aplicação do conteúdo afro-brasileiro e africano nos espaços da escola. O texto do DCNCERER apresenta um panorama histórico sobre a condição da criança negra na educação, tocando em questões peculiares ao Movimento Negro, como a necessidade de políticas de reparação, a urgente desconstrução do mito da democracia racial , além de abordar questionamentos comuns aos professores de como se deve ou não designar seus alunos como negros, o texto também desmistifica afirmações e equívocos tais como de que os negros de discriminam entre si e são racistas.

A discussão e orientações quanto a temática das relações étnico-raciais e formação dos professores e políticas de reparação tem como meta garantir:

O direito dos negros, assim como todos os cidadãos brasileiros cursarem cada um dos níveis de ensino, em escola devidamente instalada e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas do conhecimento com formação para lidar com temas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre os diferentes grupos étnico-raciais. (DCNCERER, 2004)

A partir dessa orientação surge a preocupação quanto a formação adequada dos professores, impulsionando o MEC (Ministério da Educação), universidades, centro

de formação e escolas a concordarem e buscarem uma formação inicial e continuada. Porém sabemos que a formação é além de cursos, faz-se necessário formá-se no cotidiano da escola, por meio de experiência com as crianças e com seus parceiros do dia a dia. É preciso sensibilidade, coordenadores, gestores para propor discussões que tragam a tona temáticas sociais e culturais que são omitidas.

Nas pesquisas sobre as questões raciais a escola é apresentada de modo geral, como sendo base conservadora e excludente, ao se pautar em um modelo de currículo denominado de "embranquecido" diante da ausência de conteúdos que possam contribuir para que os alunos negros sejam contemplados, para além do silêncio da equipe pedagógica, a respeito das questões raciais.

(ABRAMOWICZ,OLIVEIRA, 2010 p. 210)

Portanto é preciso a formação para o enfraquecimento de práticas pedagógicas de homogeneidade e racismo, isto porque a questão racial está presente no dia-a-dia da escola e torna-se componente curricular, mesmo que alguns professores não se deem conta do fato.

Compreender a discussão que remete as questões raciais é de suma importância para os professores que atuam na educação básica em especial na educação infantil, sendo preciso ter clareza da sua atuação e práticas que muitas vezes reforçam situações de racismo interferindo na formação da identidade, autoestima positiva das crianças negras e de seu pertencimento étnico.

4.3 Estratégias pedagógicas: Educar para uma sociedade justa e igualitária Pensar em caminhos para implementação da lei 10.639/03 nos espaços educativos é olhar para o processo de construção da identidade e reconhecimento, como também sobre as dimensões humanas que fazem parte do cotidiano escolar e que são em sua maioria subjetivas.

Tal subjetividade, quando percebida pelo professor como elemento de sua prática irá potencializar encaminhamentos, como a composição dos espaços, a forma de acolher as crianças e bebês, a escolha dos temas mais importantes para serem trabalhados e incluídos no Projeto Político Pedagógico, fortalecendo o compromisso em educar.

É sabido que cada unidade escolar tem um contexto, com histórias e clientelas diferentes e para isto é necessária a escuta para a construção de uma proposta rica e respeitosa ao público atendido. A ação pedagógica em fazer a leitura das mais variadas formas de comunicação das crianças e bebês, vai além do ato padrão de escutar o que é verbal, exige muito mais do professor é preciso sensibilidade de observar o que aparentemente é subjetivo e trazer para análise pedagógica as mais variadas formas de comunicação das crianças pequenas. Vamos considerar as crianças de 4 e 5 anos, o qual falaremos mais adiante em um relato de prática.

As crianças nessa faixa etária já conseguem apresentar uma percepção das diferenças raciais, podendo, a partir dessa idade, começar cristalizar determinadas atitudes com sentimento com sentimentos preconceituoso em relação aos que diferem de suas características físicas, evidenciando a necessidade de se iniciar uma intervenção pedagógica que vise a destituição desse tipo de atitude em relação aos colegas. (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, 2010, p. 212)

Nesta idade também se percebe a vontade das crianças negras manifestarem o desejo de ter o cabelo liso como o desejo de serem parecidos aos personagens das histórias que em sua maioria são brancos e isto reforça a imagem negativa de si.

O racismo presente na educação infantil aparece de forma um pouco distinta daquela encontrada no ensino fundamental. Enquanto na escola o desempenho escolar mais baixo das crianças negras é fator identificador do racismo no ensino fundamental, na educação infantil, o racismo aparece nas relações afetivas e corporais entre adultos e crianças e nas brincadeiras espontâneas destas, já que o jogo é uma prática (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA, 2010, p 221)

Para Abramowicz, Oliviera é comum observar as crianças brincarem em um enredo onde a menina negra é a empregada e o menino negro o ladrão, já na faixa etária de 0 a 2 anos o racismo está presente quanto os bebês negros são menos acarinhados pelas professoras do que os bebês brancos. Ainda segundo Abramowicz, Oliveira (2010, p.222) "o racismo na pequena infância, incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é constituído acariciado ou repugnado".

A prática na educação infantil tem como foco as interações e experiências lúdicas e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social. Assim, a proposta da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), estabelece cinco campos de experiências para a educação infantil: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimento; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempos, quantidades, relações e transformações. Dentro de cada campo de experiência são definidos diversos objetivos que visam garantir seis direitos de aprendizagem: Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar-se e Conhecer-se.

Portanto a proposta é unir a temática

relações étnico- raciais aos campos de experiencias com exemplo de uma proposta que garanta os direitos de aprendizagem, com base na observação de uma prática realizada na Escola Municipal de Educação Infantil "Carmen Miranda" localizada na zona leste em São Paulo.

A professora da turma de 4 e 5 anos, reuniu a turma de crianças para uma roda de conversa sobre os contos infantis que ele conheciam. E a lista foi: Os três porquinhos; Chapeuzinho Vermelho; Branca de Neve, enfim os clássicos. A proposta seria brincar de teatro, desenhar, confeccionar fantoches e encenar uma história. Um grupo de meninas escolheu a história "Branca de Neve", e então houve um conflito: E (uma menina branca) disse que seria a princesa, porém K (uma menina negra) disse que também queria ser a princesa. Mas, E logo refutou dizendo que ela não poderia ser, pois era a história da Branca de Neve e não Preta de Neve! Talvez possamos pensar que tínhamos um grande problema aqui, porém a professora propôs uma nova conversa, após a conversa a maioria das crianças perceberam que não eram representados nas histórias, assim iniciaram uma pesquisa na biblioteca da escola e na internet para encontrar personagens negros. A pesquisa foi surpreendente para as crianças, e até encontraram livros que já conheciam e não lembravam como: Menina bonita do laço de fita; Meu crespo é de rainha; Cada um é do seu jeito; O menino marrom, e para surpresa de todos encontram na biblioteca da escola o livro "Pretinha de Neve e os sete Gigantes". Vocês podem imaginar a alegria de K, a menina negra que queria ser a princesa? Ela ficou radiante. O texto falava sobre a África , mas especificamente sobre o Quênia e o monte Kalimajaro , e todos os personagens eram negros. Não foi difícil encontrar atores na turma para representar a história e K foi escolhida a princesa. O grupo gostou tanto da história que virou um projeto, com intensa participação do grupo na produção do cenário, figurino e pesquisa sobre a África. Foi um trabalho onde valorizou-se a cultura africana e participação dos alunos negros no teatro. E a Branca de Neve do início desse relato? Esta não fora esquecida pelo grupo, que fez um trabalho lindo de foto novela e expôs na escola. Porém a que marcou a história dessa turma foi a conhecer "Pretinha de Neve " de Rubem Filho.

Uma proposta como esta que parte de uma escuta do grupo e participação efetiva, desmistificou a questão de que para ser princesa tem de ser branca, e gerou um grande aprendizado para o grupo colocando em evidência crianças que geralmente ficariam de fora da brincadeira por não verem-se representados nas histórias. Tais práticas de apresentações de histórias com personagens negros, brincadeiras e músicas africanas, pesquisa sobre países da África e como chegaram no Brasil, resgate da luta desse povo e valorização de sua cultura, com participação da comunidade na escola, são ações positivas para implementação da lei 10.639/03 nas escolas de educação infantil.

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da temática das relações étnico-raciais na escola de educação infantil deve cumprir o compromisso político e social da valorização e respeito a cultura afro-brasileira e africana.

A escola tem o dever de adequar seu Projeto Político Pedagógico para a implementação da lei 10.396/03 e abrir o diálogo em suas reuniões de formações de professores para temática ora silenciadas, pois é necessário que os professores estejam preparados para lidar com a realidade de seus alunos negros dar-lhe o direito a voz, escuta e manifestação de sua cultura, inserindo em seus planejamentos práticas que busquem dar visibilidade as histórias, ao corpo e as brincadeiras das crianças negras.

É preciso que gestores, professores e comunidade escolar problematizem e se apropriem dos conhecimentos sobre a temática das relações étnico-raciais tornando-se produtores e protagonistas de novas histórias.

6.REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; TEBET, Gabriela. Infância e pós-estruturalismo. São Paulo: Porto de ideias, 2017.

ABRAMOWICZ, Anete (Org). Estudo da infância no Brasil- Encontros e Memórias. 1ª ed. São Carlos: EDUFSCar, 2015.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. Infância, Raça e "Paparicação". Belo Horizonte: Educação em Revista, 2010. P. 209-226.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069. Brasília: Câmara dos deputados, 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394. Brasília: CNE/MEC, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos-Raciais. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos-